

EXECUTIVO**GABINETE DO GOVERNADOR****DECRETO Nº 2.224, DE 15 DE MARÇO DE 2022**

Homologa o Decreto nº 436/2022, de 17 de fevereiro de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Alenquer, que declara "situação de emergência", em virtude das chuvas intensas nas áreas daquele Município.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, Considerando o Decreto nº 436/2022, de 17 de fevereiro de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Alenquer, que declara "situação de emergência" em áreas daquele município, afetadas pelo impacto causado pelas chuvas intensas; Considerando que compete ao Governador do Estado homologar o referido ato, nos termos do art. 5º do Decreto nº 891, de 10 de julho de 2020; e Considerando as informações constantes no Processo nº 2022/227628, RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Decreto nº 436/2022, de 17 de fevereiro de 2022, editado pelo Prefeito Municipal de Alenquer, que declara "situação de emergência", em áreas daquele município, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 15 de março de 2022.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado



Prefeitura Municipal de Alenquer
Poder Executivo
CNPJ nº 04.838.793/0001-73

DECRETO Nº 436/2022, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - CHUVAS INTENSAS -13.2.1.4, CONFORME IN/MI 36/2020. DECRETO ESTADUAL 891/2020.

O Exmo. Sr. **HEVERTON DOS SANTOS SILVA**, Prefeito Municipal de Alenquer, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I - Considerando as anormais e fortes precipitações pluviométricas ocorridas no âmbito do Município de Alenquer, incorrendo em movimentação de terras, alagamentos, enxurradas, obstruções de estradas vicinais e afetando a vida cotidiana dos cidadãos.

II - Que no dia 10/02/2022 houve uma grande precipitação pluviométrica de 120 mm, sendo que no curto período de tempo, das 06:00 as 08:30 horas, choveu mais de 110 mm (pluviômetro Automático -CEMADEN), e que essa grande quantidade de chuva encontrou um solo já bastante saturado por um dos invernos mais rigorosos dos últimos anos, causando ao município bastante destruição.

III - Considerando que compete ao Município a preservação do bem estar da população em decorrência de eventos adversos causadores de desastres, para, em regime de cooperação com os demais entes, combater e minimizar os efeitos das situações de anormalidade;

IV - Considerando a necessidade da atuação de todos os integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil em resposta ao desastre;

V - Considerando, por fim, o alerta vermelho, de chuvas intensas, expedido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), que requer atenção em decorrência dos estragos já ocasionados, bem como da possibilidade de ocorrência de ainda mais prejuízos;

VI - Que os bairros da zona urbanas mais afetados foram os seguintes: Santa Cruz (Fazendinha), Bela Vista, São Francisco, Liberdade, Luanda, Aningal, são Cristóvão, Centro e independência.

VII - Que foram afetadas as regiões rurais: da PA 254, PA 427, Região da Boa Água, Região do Camburão, Região do Mamiá, Região do Macupixi, Região do Curicaca, Região do Bom Jardim, Região do Santo Antônio e Região Pacoval abrangendo um total de mais de 70 (setenta) comunidades.

VIII - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada **SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA - CHUVAS INTENSAS - (COBRAD 13.2.1.4)**, conforme IN/MI nº 36/2020.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autorizam-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

III - Declarar a interdição de imóveis residenciais e comerciais em situação de risco muito alta, com a desocupação imediata por parte de seus ocupantes, devendo as autoridades solicitar apoio policial para o ato.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contada a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alenquer - Pará, em 17 de fevereiro de 2022.

HEVERTON DOS SANTOS SILVA
Prefeito Municipal de Alenquer

Publicado na Secretaria municipal de Administração na mesma data.

WILLIAM BONFIN PINTO
Secretário Municipal de Administração
Decreto nº 364/2021

Protocolo: 772195

DECRETO Nº 2222, DE 14 DE MARÇO DE 2022

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 34.395.725,61 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, e com fundamento no art. 204, § 13, ambos da Constituição Estadual, combinando com o art. 6º, inciso III da Lei nº 9.496, de 11 de janeiro de 2022

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual a seguir especificado(s), o crédito suplementar no valor de R\$ 34.395.725,61 (Trinta e Quatro Milhões, Trezentos e Noventa e Cinco Mil, Setecentos e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Um Centavos), para atender à programação abaixo:

R\$

CÓDIGO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
07101158114997659 - SEDOP	0301	444042	200.000,00
071011751214897567 - SEDOP	0301	449035	112.955,00
141012060814918704 - SEDAP	0301	449052	99.000,00
141012060814918705 - SEDAP	0301	449052	360.000,00
151011339115037590 - SECULT	0301	444041	213.743,72
181011442215007660 - SEJUDH	0355	339014	122.859,24
181011442215007660 - SEJUDH	0355	339033	25.200,00
181011442215007660 - SEJUDH	0355	449052	1.080.000,00
181011442215008207 - SEJUDH	0355	339014	149.549,40
181011442215008207 - SEJUDH	0355	339033	39.000,00
181011442215008799 - SEJUDH	0355	339014	200.000,00
181011442215008799 - SEJUDH	0355	339030	300.000,00
181011442215008799 - SEJUDH	0355	339033	243.060,43
181011442215008799 - SEJUDH	0355	339039	300.000,00
181011442215008820 - SEJUDH	0355	339014	313.341,60
181011442215008820 - SEJUDH	0355	339030	30.000,00
181011442215008820 - SEJUDH	0355	339033	4.800,00
181011442215008820 - SEJUDH	0355	339039	135.070,50